

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos, o presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento para fornecimento de refeições (marmita) para atender a demanda da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Se faz necessária a aquisição de marmitas, objetivando o fornecimento de alimentação aos servidores, no período de almoço, que estejam realizando atividades de manutenção das estradas municipais vicinais de responsabilidade do município e aos apenados, conforme convenio entre o Município e o DEPEN – Lei nº 2.516/2021.

O fornecimento de alimentação é devida aos servidores que estejam em no interior, ou em atividades cujo deslocamento torna-se inviável em razão dos custos e tempo disponível para almoço e por não ter instalações adequadas para a preparação de alimentos ou serviços de restaurante, visando garantir refeição digna aos mesmos.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para suprir a necessidade, não se vislumbra outra alternativa viável do que a aquisição através de fornecimento de marmitas por empresa privada. Para suprir a necessidade de entrega de marmitas aos servidores e apenados (convênio entre o Município e o DEPEN), há algumas formas disponíveis no mercado, sendo por aquisição através de restaurantes e lanchonetes, empresas de marmitas e pela confecção pelo próprio Município. Em razão do Município não possuir infraestrutura e nem mão de obra especializada para a confecção das marmitas, a alternativa mais viável e econômica é pela aquisição através de fornecimento de marmitas por empresa privada.

Os produtos que serão adquiridos obedecendo as normatizações, da Vigilância Sanitária

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

Lei Complementar 123/2006 (LC 123/2006): Essa lei estabelece o tratamento tributário simplificado para micro e pequenas empresas, conhecidas como Simples Nacional ou "Super Simples".

Enquadramento da atividade:

Para se beneficiar do Simples Nacional, a atividade da empresa precisa estar entre as hipóteses previstas na Lei Complementar 123/2006.

E a venda de marmita (ou marmitex), quando realizada por uma Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), está enquadrada na Lei Complementar nº 123/2006, também conhecida como o Estatuto Nacional da Microempresa e da



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Empresa de Pequeno Porte. Essa lei estabelece um tratamento diferenciado e simplificado para essas empresas em diversos aspectos, incluindo a tributação, licitações e outras áreas.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

O objetivo deste estudo consiste em viabilizar a aquisição/compra de marmitas. Contudo a aquisição será de forma parcelada, considerando uma média diária de 76 marmitas, vez que o fracionamento se deve em virtude das características do objeto e não acarretaria um aumento global no custo do objeto. Como regra geral, exige-se o parcelamento do objeto sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula n. 2472.

Neste caso o item/lote terá seu fornecimento parcelado, tendo em vista a natureza de serviço, não sendo reservado 25% do objeto licitado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, visto não ser aplicável tal regulamentação a serviços, dessa forma, a licitação irá ocorrer em lote único global.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de quantidade foi baseada em consumo do próprio ente em ano/exercícios do ano corrente e anteriores. É importante discorrer sobre a impossibilidade de cravar o quantitativo exato necessária para suprir a demanda em virtude de tratar de fornecimento perene, mas pela necessidade de fornecimento com demanda incerta. Devemos considerar o fornecimento quando a equipe estiver deslocada em comunidade do interior, e que o transporte de toda a equipe para a sede do Município acarretaria em um enorme desperdício do tempo e custos desnecessário para fazer o deslocamento dos servidores.

Estima-se que haverá necessidade de 25000 marmitas e que serão suficientes para o período de doze meses. Considerando que os pregões anteriores 041/2024 (16000 marmitas) e pregão 17/2024 (5000 marmitas).

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), considerando a pesquisa realizada entre os dias 20 e 29 de abril.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

RISCO 1	
Risco: fornecedor incapaz de cumprir o contrato	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Dano	
Interrupção parcial ou total da execução do contrato	
Ação Preventiva	Responsável
Verificar se a contratada possui boa infraestrutura de logística para a entrega dos produtos.	Secretaria de Viação e Obras
Ação de Contingência	Responsável
Revisão do planejamento de obrigações da contratada, bem como a forma de prestação de serviço.	Secretaria de Viação e Obras

RISCO 2	
Risco: Licitação deserta	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Dano	
O certame não estar de acordo com as condições de mercado atual.	
Ação Preventiva	Responsável
Evitar a exigência de requisitos que possam restringir a participação das empresas, analisar os preços estimados para que estejam de acordo com a realidade do mercado.	Secretaria de Viação e Obras
Ação de Contingência	Responsável
Avaliação cuidadosa e prazos e realizar novo procedimento de licitação.	Secretaria de Viação e Obras

RISCO 3	
Risco: receber alimentação não condizente com o contrato.	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Dano	
Atraso na entrega das marmitas aos servidores.	
Ação Preventiva	Responsável
Elaboração de descrição dos itens de maneira detalhada e de acordo com a necessidade da secretaria, para que não sejam adquiridos produtos de qualidade inferior.	Secretaria de Viação e Obras
Ação de Contingência	Responsável
Dentro do prazo de garantia, solicitar a troca das marmitas.	Secretaria de Viação e Obras

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Problema: A equipe de manutenção enfrenta dificuldades na oferta de alimentação aos servidores, e é oneroso aos cofres publico o transporte de toda uma equipe de ida e volta em função do horario de almoço.

Solução Proposta: A solução proposta consiste na implementação de medidas que visam otimizar os processos de manutenção de estradas, considerando a inviabilidade para que a alimentação seja preparada pelo Município, a solução mais adequada é aquisição do produto pronto fornecido por empresa do ramo e levando o alimento até as equipes de manutenção.

Redução de custos: A otimização dos processos como deslocamento de toda uma equipe para o intervalo de almoço resultaria em um aumento dos custos operacionais.

Conclusão: A implementação dessa solução completa trará diversos benefícios para a administração municipal, tanto em termos de eficiência operacional quanto em relação ao tempo disponível para a execução efetiva das demandas de recuperação de estradas.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Capacidade Financeira: Demonstrações financeiras da empresa para avaliar sua saúde financeira.

Os produtos desta contratação deverão atender a normas de qualidade e boas práticas de higiene, recomendadas pela Vigilância Sanitária para empresas do ramo pertinente;

A proponente contratada deverá apresentar Alvará de Funcionamento Licença de Funcionamento expedido pela Autoridade Sanitária competente em plena validade;

Conformidade Legal: Inscrições: Inscrições básicas (CNPJ, inscrição estadual).

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO/COZINHA

(X) SIM

() NÃO

E necessario que o fornecedor tenha cozinha no município pois as cidades mais proximas ficam cerca de 20 km de distancia a depender da localização da empresa e se considerarmos mais a distancia a ser transportada até o local de consumo da marmitas dificilmente conseguiremos que garantam a qualidade e a segurança dos alimentos, considerando que os pedidos são fracionadas e diarios e depois de entregues na Secretaria de Viação e Obras, precisam ainda ser transportados para o interior do Município, oque pode demorar aproximadamente 2 horas somadas demora da entrega pela proponente mais demora para entrega nos locais de consumo.

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica,



mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica

A qualificação técnica dos concorrentes é de fundamental importância para assegurar que a empresa contratada possua a capacidade técnica e operacional

Justificativa da Exigência de Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira dos concorrentes é essencial para garantir a capacidade da empresa contratada de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Entre diversas atividades, o setor de fornecimento de alimentação tipo fornecimento de marmitas, pode gerar diversos impactos ambientais, tanto diretos quanto indiretos;

Podemos citar exemplos como: muitas vezes as marmitas são embaladas em recipientes de plásticos e/ou isopor, que são descartados após o consumo. Isso contribui para o aumento do volume de resíduos sólidos e pode levar à poluição do meio ambiente, especialmente se as embalagens não forem corretamente descartadas.

Para mitigar estes impactos algumas medidas podem ser adotadas: Utilização de embalagens sustentáveis, como recipientes biodegradáveis ou utensílios de materiais reciclados. A otimização das rotas de entrega para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e consumo de combustíveis.

A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o ART. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o ART. 3º da LEI N.º 8.666/93 e com o ART. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentos (marmitas), com contratação sob demanda, por unidade.

A presente contratação tem como objetivo principal a aquisição de itens de marmitas, com entrega na Secretaria de Viação e Obras, pertencentes a esta municipalidade.



Os resultados pretendidos são os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação desta solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, e na melhoria dos benefícios serão a continuidade e eficiência no serviço público, pois trata-se de material inerente a prestação judicante e administrativa.

A solução proposta tem como objetivo garantir o fornecimento do produto, permitindo que, posteriormente, seja adquirido pelos preços ofertados, quantas vezes for necessário. Isso evita que a administração pública precise realizar sucessivas licitações para contratar o mesmo produto.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento de bens será de forma parcelada em virtude da natureza do objeto.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Com base na solução proposta, O planejamento das atividades de manutenção é a base para a efetiva operacionalização das atividades de atendimento e recuperação vias utilizadas pelos municípios. O planejamento consiste em um conjunto de regras e procedimentos que visam dirigir as ações de forma a garantir a priorização e execução das manutenções e a previsibilidade dos recursos necessários para as suas ações e confiabilidade dos serviços prestados aos municípios.

O fornecimento de alimentação aos servidores em serviços de manutenção das estradas municipais vicinais que são de responsabilidade do município, buscando a trefegabilidade das mesmas pelos usuários. Justifica-se considerando o tempo útil aproveitado quando não se faz o deslocamento de toda a equipe do interior até a sede da secretaria

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Olisses de Lima Bueno
Suplentes:	Alceni de Oliveira; Valdir Zarth

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há necessidade de contratações correlatas



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente aquisição encontra-se alinhada com o PAC 2025 e poderá ser confirmada conforme publicação extraída da publicação disponível no site do Município.

I ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;

Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;

Identificação da futura contratação: 987541-177/2025

Id do item no PCA: 49

Classe/Grupo: SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE COMIDA;

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

☒ Global

☐ Lote(s) de Itens

☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

☒ Bens e serviços comuns

☐ Bens e serviços especiais

☐ Serviço comum de engenharia

☐ Serviço especial de Engenharia

A marmitex é caracterizada com bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. Em outras palavras, são produtos ou serviços que possuem características padronizadas e de fácil acesso, com disponibilidade em larga escala.

☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos

☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo

☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - (ETP), em harmonia com o disposto na legislação vigente, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ (X) Pregão, ☒ (X) Tradicional ☐ () SRP
- ☐ () Concorrência, ☐ () Tradicional ☐ () SRP
- ☐ () Concurso
- ☐ () Leilão
- ☐ () Dialogo Competitivo

Critério de julgamento:

- ☒ (X) menor preço
- ☐ () melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ () técnica e preço
- ☐ () maior retorno econômico
- ☐ () maior desconto
- ☐ () maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☐ () Aberto
- ☐ () Fechado
- ☒ (X) Aberto e Fechado
- ☐ () Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ () SIM
- ☒ (X) NÃO

Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ (X) Recursos Próprios
- ☐ () Recursos Estaduais
- ☐ () Recursos Federais

Dois Vizinhos, 12 de maio de 2025.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Deonir Caldato
Secretario de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Decreto 21603/2025
Matricula funcional 20271-1